

À

Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Prezados Senhores

Os caminhos da política, por vezes, são injustos e implacáveis. Venho hoje a esta tribuna com a consciência do dever cumprido, convicto de que, durante dois mandatos eletivos consecutivos, trabalhei na defesa do povo de Deus, segmento que em vários momentos foi alvo de profundas injustiças e, até mesmo, de preconceitos.

Mesmo sendo eleito com o voto majoritário dos evangélicos, lutei e defendi, também, os legítimos interesses da população do Distrito Federal, em especial daqueles que sofrem e estão à margem dos benefícios da sociedade moderna.

Nos dois mandatos aqui nesta Casa de leis, lutei contra a injustiça social. Fato esse retratado no trabalho árduo e consistente na defesa da regularização dos condomínios de baixa renda. Especialmente os núcleos urbanos da periferia de Ceilândia, casos do Sol Nascente e Por do Sol, além de vários outros condomínios.

Busquei, ainda, melhores condições de trabalho e salário para os diversos segmentos do funcionalismo público da capital federal. Em particular a grande batalha política e jurídica que resultou na preservação de 3 mil e 500 empregos dos funcionários da antiga SAB e da Companhia de Abastecimento do DF, a Ceasa.

Não poderia deixar de mencionar, neste momento, algumas das mais de 35 leis que aprovei aqui na Câmara Legislativa, todas em defesa da população do Distrito Federal, em especial dos humildes e desprotegidos.

No campo econômico e da defesa do meio ambiente aprovei, por exemplo, a Lei n.º 3.579/2005, que estabeleceu o programa do gás natural como combustível. Esse instrumento legal determinou as condições básicas para a redução da poluição ambiental. Essa norma permitiu a redução no preço do combustível para amplos segmentos da população.

Outra lei, a de n.º 4.104/2008, de amplo alcance social, isenta as pessoas desempregadas de pagar taxas de inscrição em concurso público realizado sob a responsabilidade do Governo do Distrito Federal. A lista é enorme, não caberia aqui descrever todas as leis que aprovei em benefício da população brasiliense.

Caros parlamentares,

Quero detalhar, ainda, o trabalho que realizei em defesa dos evangélicos. Aliás, de antemão, agradeço ao segmento pelo apoio recebido nas três eleições que participei aqui no Distrito Federal. Em particular no pleito de 2006 quando fui o parlamentar mais votado dentro da coligação liderada pelo DEMOCRATAS (DEM).

Desde meu primeiro mandato procurei atender e resolver, de acordo com as minhas possibilidades e limitações, as demandas do povo evangélico. Foi nesse sentido que consegui a isenção do pagamento do IPTU e da Taxa de Lixo até então paga pelos templos religiosos, evangélicos ou não.

Esta conquista foi conseguida ainda em meu primeiro mandato. A isenção da taxa e do tributo já estava prevista na Constituição Federal, mas faltava sua regulamentação pelo Governo do Distrito Federal.

Outra importante vitória foi a aprovação da lei n.º 3.540/2005, que regulamentou a visita de religiosos aos presídios e hospitais. Até a aprovação e regulamentação, pelo GDF, desse diploma legal, as visitas aos hospitais e, especialmente, aos presídios, eram irregulares. E, em geral, submetiam os visitantes a humilhações desnecessárias.

No entanto, talvez, a principal vitória do povo de Deus foi a regularização dos terrenos onde foram construídas igrejas, mas que não dispunham de documento legal do poder público. Algumas dessas igrejas chegaram a ser derrubadas, sob o falso argumento de que estavam construídas em áreas não regularizadas.

Mas, com a aprovação da lei que regularizou os terrenos das igrejas os padres e pastores não precisaram mais viver sob o temor e a ameaça de fiscais que, muitas das vezes, exorbitavam de suas funções e saíam do caminho da legalidade. Agora todos podem acolher seus rebanhos e disseminar a palavra de Deus, sem sobressaltos ou ameaças.

Senhores e Senhoras,

O meu trabalho como parlamentar e um dos líderes do segmento evangélico encontra-se aí para ser avaliado. Tudo foi fruto de muito trabalho, de muita luta e da perseverança na vitória e nas conquistas dos segmentos menos favorecidos de nossa população.

Logo após as eleições de 2006 cobrei do meu partido a época (DEM) e ao GDF o cumprimento estrito do programa de governo. Mesmo sendo da base de apoio ao governador José Roberto Arruda, fiz críticas severas às medidas tomadas que provocaram angústia e sofrimento ao povo humilde desta cidade.

Cito a extinção do Instituto Candango de Solidariedade (ICS) que resultou em demissões em massa de trabalhadores de baixa renda. A derrubada de igrejas, sob o argumento de estarem instaladas em áreas não regularizadas, e a perda do emprego de centenas de funcionários de um grupo denominado “ex-conveniados da Novacap”.

Muitos desses servidores, prestes a obterem suas aposentadorias, viram-se de uma hora para outra na rua da amargura, sem emprego e sem renda. Minha preocupação fundamental, nesses dois mandatos, foi a defesa dos desassistidos, daqueles cujo clamor, às vezes, nem é ouvido pelos poderes constituídos.

Infelizmente, é com o coração agonizante e alma em frangalhos que confesso: todo esse histórico de luta e de trabalho incessante em favor daqueles que não tem um teto para morar, dos desempregados, dos injustiçados, não foi suficiente para garantir meu mandato parlamentar aqui na Câmara Legislativa.

Acabei vítima de uma conspiração política.

O turbilhão provocado pela chamada operação “Caixa de Pandora”, levada a cabo pela Polícia Federal, em fins de novembro do ano passado, foi crescendo como uma avalanche.

A forma como o tema foi levado à opinião pública, com imagens montadas e manipuladas ao sabor da conveniência dos poderosos de ocasião, teve o objetivo específico de desestabilizar meu trabalho parlamentar e impedir novos horizontes em minha carreira política.

Os vídeos, não oficiais e manipulados, foram divulgados como uma verdadeira overdose pela mídia, sem que eu pudesse responder com serenidade e equilíbrio ao massacre público de minha imagem como homem de Deus e parlamentar.

A chamada “Oração da Propina”, largamente divulgada, não passou de uma manipulação grosseira. Já que aquela prece aconteceu em setembro de 2009 e não em 2006, após o suposto recebimento de ajuda para a campanha política daquele ano.

Acontece que os meios de comunicação, com raras exceções, não teve o cuidado de verificar as datas, ler o conteúdo em detalhes, enfim, não houve uma preocupação com a verdade.

Os fatos reais não apareceram. Surgiram meias verdades e conclusões definitivas, sem o respaldo do contraditório. Todos nós sabemos que essas mentiras divulgadas à exaustão, conseguiram colocar nos corações e mentes a convicção de um crime que não existiu.

O dinheiro que aparece no vídeo, num momento de disputa eleitoral, em setembro de 2006, era destinado a um evento de campanha. Isso tão somente. Nada mais. Essa é uma prática comum dos partidos políticos brasileiros.

Se existe algo de errado que se faça, com a urgência necessária a tão reclamada Reforma Política e Partidária.

As campanhas eleitorais em nosso país precisam de normas rígidas e regras transparentes que não permitam que um mesmo fato seja avaliado de maneira diferente por diferentes instâncias da Justiça.

A tão comentada oração foi dirigida a uma pessoa, que, naquele momento, vivia grandes conflitos emocionais, um dilema íntimo.

O que eu fiz, na companhia de um colega parlamentar, foi uma oração que desse ao personagem o reconforto espiritual, o equilíbrio emocional. Registre-se que a oração foi feita a pedido do mesmo.

É importante lembrar que até mesmo Jesus Cristo, o Deus feito homem, não abandonou aqueles que cometeram crimes. “Atire a primeira pedra aquele que nunca pecou”, diz a passagem bíblica. Jesus Cristo perdoou Maria Madalena, tida como pecadora e adúltera.

Assim, aquela oração não visava bens materiais, mas o reconforto de uma alma em conflito e angustiada pelos diversos problemas pessoais e administrativos que enfrentava naquele momento.

Adolf Hitler, o maior criminoso da história moderna da humanidade, responsável pelo holocausto que exterminou milhões de judeus, procurou por meio de seu chefe de Propaganda Política, Joseph Goebbels, fazer com que uma

mentira repetida à exaustão se transformasse em verdade. Nem ele conseguiu.

Os falsos moralistas, os invejosos de ocasião, os oportunistas de plantão, conseguiram impor meias verdades e um turbilhão de mentiras à mídia, de uma maneira brutal.

Tanto o povo brasiliense como toda a população do restante do País, recebeu essa verdadeira explosão de versões desencontradas e meias verdades, cujo objetivo principal foi destruir minha imagem pública.

Tentaram, e, infelizmente, conseguiram colocar em xeque todo um trabalho voltado para a melhoria das condições de vida da população, dos eleitores do Distrito Federal.

Tenho, contudo, a convicção dos fortes. A sabedoria dos humildes, a perseverança dos oprimidos e a vontade férrea de repor a verdade. E conseguirei. A história dirá, com a crueza dos fatos, que falo a verdade.

Poucos se atentaram sobre um dado fundamental: em nenhum momento fui alvo de quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico. Não houve pedido da Justiça para apreensão de documentos, nada que indicasse irregularidades.

As fitas de vídeo divulgadas pela mídia, não me foram entregues oficialmente. Fiz pedido formal junto aos órgãos competentes para obtê-las, devidamente periciadas, mas até hoje nada recebi.

No inquérito da Polícia Federal não consta nenhuma escuta telefônica ou gravação de áudio, autorizada pela Justiça. Os vídeos onde apareço são apócrifos, manipulados e sem origem.

A condenação prévia a que estou sendo submetido baseia-se apenas em suposições e pressões políticas, sem nenhum indício, pelo menos, de que eu tenha praticado algum crime.

Mesmo assim, não tive nem mesmo dos colegas da Câmara Legislativa, a oportunidade de me defender, sem pressões e açodamentos. O relatório do Corregedor adoc, deputado Raimundo Ribeiro, foi lido na tarde de terça-feira e entregue no mesmo dia na Comissão de Ética da Casa.

Embora sóbrio, o relatório pedia a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar. No dia seguinte, quarta-feira, pela manhã, a Comissão de Ética reuniu e decidiu a abrir os processos.

Em face desse quadro de radicalismo, de uma verdadeira “caça as bruxas”, o que vale tão somente é satisfazer a mídia, mesmo que a verdade seja apenas um subproduto dos fatos.

Meus amigos,

Diante desse massacre político e institucional, não me restou alternativa que não fosse a renúncia. Assim, renuncio ao mandato de deputado distrital.

Renuncio para não ser submetido ao julgamento político previamente decidido. Buscarei provar na Justiça a minha inocência.

Lá, no Judiciário, terei chance de me defender de forma isenta e transparente, longe do calor dos debates e das conveniências políticas desse momento turbulento que vive a capital federal.



O tempo revelará a injustiça deste julgamento prévio, com a condenação já decidida de véspera. É importante lembrar aqui linchamentos políticos históricos, casos do ex-deputados Ibsen Pinheiro e Alcenir Guerra, durante o processo que resultou na cassação do ex-presidente Fernando Collor.

Os dois acabaram sendo reabilitados pela história e as suas inocências comprovadas. Mas o massacre já havia sido perpetrado, trazendo inúmeros prejuízos políticos, pessoais e morais aos dois políticos de liderança nacional.

Mesmo tendo a convicção de que provarei minha inocência perdô aqueles que, ainda assim, diante da verdade, me crucificaram. Peço perdão e espero que, no futuro, possam entender que fui vítima de uma ação deliberada com o fim específico de cassar minha cidadania.

Agradeço aqui a Deus por tudo de bom que tem me dado tanto em minha vida pública quanto particular; ao meu pai e minha mãe, inspiradores e formadores de meu espírito cristão e do meu caráter; ao segmento evangélico pelo apoio recebido em dois mandatos; a população brasiliense e, em especial, minha equipe de trabalho, composta de pessoas profissionais e competentes.

Muito obrigado.

Rubens César Brunelli Júnior